

LEI Nº 1.996/2013, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder Remissão, sobre acréscimos incidentes aos valores em débito e dá outras providências.

ELTON LUIZ DAL MORO, Prefeito Municipal de Paim Filho, Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dispensar do pagamento, através de remissão, os percentuais, a seguir descritos, incidentes sobre os valores pendentes de pagamentos, inscritos ou não em Dívida Ativa Tributários e não tributária, devidamente atualizados até a data do respectivo pagamento.

- I - Remissão total dos valores atinentes a multas;
- II – Remissão total dos valores dos juros.

Art. 2º - Os débitos passíveis de incidência de remissão prevista no art. 1º deverão ser confessados até 30 de dezembro de 2013.

Parágrafo único – Os valores confessados poderão ser pagos em até 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas da correção monetária pela variação da URM.

Art. 3º - Para a efetivação da concessão da remissão, deverá o contribuinte efetuar o requerimento junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, indicando e solicitando a forma e prazo de quitação.

Parágrafo único – No deferimento de concessão de remissão, em que a quitação far-se-á de acordo com as disposições do Parágrafo único do art. 2º, caberá ao requerente a assinatura do respectivo termo de confissão integral da dívida requerida.

Art. 4º - Em caso de não pagamento do parcelamento no prazo estipulado no Parágrafo único do art. 2º, a dívida retorna ao valor original, com incidência de juros e multa.

Art. 5º - As disposições da presente Lei ficam inclusas na Lei do Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, do presente exercício.

Art. 6º - A concessão de remissão de valores de Multas e parcialmente dos juros, não contraria as determinações do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 por tratar-se de valores não “tributários”.

Art. 7º - Esta lei poderá ser regulamentada, através de Decreto, no que couber.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PAIM FILHO,
27 de março de 2013.

Elton Luiz Dal Moro,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se:

Carlos Humberto Dall Prá,
Secretário Municipal da Administração.